

**Galvão Engenharia S.A – em Recuperação Judicial**

CNPJ/MF Nº 01.340.937/0001-79

**Relatório da Administração**

Prezados Senhores, Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Tais informações vêm acompanhadas pelo relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, que foi discutido e revisado pela Administração. Estas demonstrações são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. **Ajustes não recorrentes:** A companhia irá transferir para a empresa CEOS Administradora de Bens S/A, constituída na forma do Plano de Recuperação Judicial para administrar os bens dados em garantia aos credores, valores que compõem ações em curso contra a Petrobras, via contrato de assunção de dívidas e outras avenças, no montante de R\$ 317,9 milhões classificados em seu ativo circulante relativos a contas a receber e estoques e R\$ 62,0 milhões como passivo não circulante relativo aos impostos vinculados a estes recebíveis. O EBITDA apresentado foi impactado por ajustes não recorrentes, que não tem efeito caixa, relativos à receita reconhecida pelo método do POC (Percentage of Compliance), no montante de R\$ 14,2 milhões. A Companhia, em seu gerenciamento do negócio, entende que o evento referente a receita reconhecida pelo método POC deve ser desconsiderado para melhor refletir os resultados de suas operações:

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 - Em milhares de reais											
Ativo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018			2019	2018	2019	2018
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	17.820	28.371	17.821	28.374	Fornecedores e outras contas a pagar	8	12.483	15.729	13.937	16.724
Contas a receber e outros recebíveis	5	251.093	255.020	255.115	259.535	Empréstimos e financiamentos		6.324	6.322	8.389	9.491
Estoques		114.644	118.872	114.849	119.000	Provisões e encargos trabalhistas		12.050	14.667	12.050	14.667
Impostos e contribuições a recuperar		35.483	39.143	39.313	43.272	Obrigações fiscais		26.435	30.577	26.461	30.633
Adiantamentos a fornecedores		7.379	15.057	7.644	61.121	Adiantamento de clientes		3.140	49.842	4.361	50.995
Despesas antecipadas		1.379	821	1.414	844	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>60.432</b>	<b>117.137</b>	<b>65.198</b>	<b>122.510</b>
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>427.798</b>	<b>457.284</b>	<b>436.156</b>	<b>512.146</b>	<b>Não circulante</b>					
<b>Não circulante</b>						Empréstimos e financiamentos	8	643	625	12.323	78.714
Contas a receber e outros recebíveis	5	196.240	257.759	196.240	236.348	Obrigações fiscais		8	15	8	15
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	38.729	48.402	37.256	47.123	Provisão para contingências	10	35.202	53.043	35.202	53.043
Permanente						Provisão para perdas em investimentos	6 b	6.836	42.638	6.836	6.837
Investimentos	6 a	4.811	1	-	-	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>42.689</b>	<b>96.321</b>	<b>54.369</b>	<b>138.609</b>
Imobilizado	7	5.003	10.217	19.373	25.705	<b>Patrimônio Líquido</b>					
Intangível		-	-	2	2	Capital social	12 a	860.144	860.144	860.144	860.144
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>244.783</b>	<b>316.379</b>	<b>252.871</b>	<b>309.178</b>	Prejuízos acumulados	12 b	(304.666)	(313.689)	(304.666)	(313.689)
<b>Total do ativo</b>		<b>672.581</b>	<b>773.663</b>	<b>689.027</b>	<b>821.324</b>	Ajuste de avaliação patrimonial	12 c	13.982	13.750	13.982	13.750
						<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>569.460</b>	<b>560.205</b>	<b>569.460</b>	<b>560.205</b>
						<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>672.581</b>	<b>773.663</b>	<b>689.027</b>	<b>821.324</b>

Demonstrações dos resultados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 - Em milhares de reais					
	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
<b>Receita operacional líquida</b>		132.445	143.478	140.049	150.295
<b>Custo dos serviços prestados</b>		(107.710)	(133.298)	(114.667)	(143.755)
<b>Lucro/Prejuízo bruto</b>		24.735	10.180	25.382	6.540
<b>Despesas operacionais</b>					
Administrativas e gerais		(19.328)	(6.985)	(21.931)	(13.076)
Outras receitas (despesas) líquidas		5.341	9.118	5.342	2.496
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas</b>		(13.987)	2.133	(16.589)	(10.580)
Receitas financeiras		10.748	12.313	8.793	(4.040)
Despesas financeiras		(121)	(1.691)	(125)	(1.873)
<b>Resultado financeiro líquido</b>		7.570	3.526	7.658	3.030
<b>Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial</b>		379	(13.354)	2.429	1.073
<b>Resultado antes dos impostos</b>		18.697	2.485	18.880	63
Imposto de renda e contribuição social corrente		-	(72)	-	(72)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	(9.674)	7.959	(9.857)	10.381
<b>Resultado do exercício</b>		<b>9.023</b>	<b>10.372</b>	<b>9.023</b>	<b>10.372</b>

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2019 e 2018 - Em milhares de reais					
	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
<b>Resultado do exercício antes da participação dos acionistas não controladores</b>		9.023	10.372	9.023	10.372
Variação cambial de conversão de operações no exterior		232	(3.512)	232	(3.512)
<b>Resultado abrangente total</b>		<b>9.255</b>	<b>6.860</b>	<b>9.255</b>	<b>6.860</b>
<b>Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores</b>		9.255	6.860	9.255	6.860
<b>Resultado abrangente total</b>		<b>9.255</b>	<b>6.860</b>	<b>9.255</b>	<b>6.860</b>

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

**1 Contexto Operacional:** A Companhia localizada na Rua Gomes de Carvalho nº 1.510, 1º andar, São Paulo - SP, é uma sociedade anônima de capital fechado com o objeto social: (a) execução de obras e serviços de engenharia civil, por conta própria ou de terceiros; (b) exploração da indústria da construção civil e construção pesada; (c) execução de estradas vicinais; (d) abastecimento de água, saneamento, drenagem e irrigação; (e) aluguel de equipamentos, comércio e representação de materiais para construção; (f) sinalização de vias em geral; (g) pesquisa, lavra, beneficiamento e comercialização de substâncias minerais, em todo território nacional; (h) serviços de dragagem, transporte e navegação lacustre, fluvial e marítima; (i) varrição, coleta, remoção e incineração de resíduos sólidos; (j) serviços de elaboração de projetos para obras de construção civil e construção pesada, projeto, construção, execução, implantação e operação de aterros sanitários; (k) execução de obras e serviços de engenharia elétrica, por conta própria ou de terceiros; (l) construção e montagem de gasodutos e oleodutos, montagem industrial de plantas diversas, inclusive petroquímicas e refinarias de petróleo, construção e montagem de plataformas marítimas para exploração de petróleo; (m) prestação de serviços de operação, implantação, manutenção, assistência técnica e todos e quaisquer outros serviços complementares, auxiliares, conexos e/ou correlatos relacionados à distribuição de gás natural e de combustíveis em geral; (n) armazenamento de materiais de construção civil e de materiais de redes de gás de propriedade de terceiros; (o) importação e exportação de materiais para construção, máquinas e equipamentos aplicáveis a qualquer das atividades relacionadas no presente objeto, bem como de suas peças e partes; (p) importação e exportação de serviços de engenharia civil em geral, em especial a execução de projetos e a construção e implantação de todo tipo de obra, por conta própria ou de terceiros; (q) participação em outras sociedades, comerciais, civis e concessionárias de serviços públicos, como sócia, acionista ou cotista, bem como em consórcios que tenham por objeto quaisquer das atividades mencionadas nos itens acima. **a) Entidades da controladora:** As operações da Companhia são representadas substancialmente pela sua participação nas empresas a seguir relacionadas:

Controladas / Coligadas	País	Controle	Participação	
			2019	2018
GLOG Logística, Exportação e Importação Ltda.	Brasil	Direto	99,99%	99,99%
AGT Comércio Varejista de Equipamentos e Materiais de Construção Ltda.	Brasil	Compartilhado	33,33%	33,33%
Galvão Engenharia S.A. - Sucursal del Peru	Peru	Direto	100,00%	100,00%
Indústria Naval de PERNANBUCO S.A.	Brasil	Compartilhado	50,00%	50,00%
Galvão Concessões Rodoviárias Participações S.A.	Brasil	Direto	100,00%	100,00%

**2 Base de Preparação: Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foi autorizada pela Administração em 10 de março de 2020. Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo, incluindo as mudanças durante o ano, estão apresentadas na nota explicativa nº 3. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **b) Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **c) Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 3 (a) – consolidação: determinação se o Grupo detém de fato o controle sobre uma investida e a classificação de negócios em conjunto; e • Nota explicativa 3 (m) – classificação de arrendamento mercantil. **d) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a seguir são: • Nota explicativa 5 – realização de 2019 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 5 – realização de 2019 e outros recebíveis; • Nota explicativa nº 7 – vida útil do ativo imobilizado; • Nota explicativa nº 9 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; e • Nota explicativa nº 10 – reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **e) Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. O Grupo revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). O valor justo que é determinado para

	Real	Ajustado
	2019	2019
<b>EBTIDA</b>		
Receita Líquida	132.445	132.445
Ajuste receita método POC	-	14.261
<b>Receita Líquida Ajustada</b>	<b>132.445</b>	<b>146.706</b>
Custos	(107.710)	(107.710)
<b>Lucro/Prejuízo bruto</b>	<b>24.735</b>	<b>38.996</b>
Despesas administrativas	(17.305)	(17.305)
<b>Ebitda Ajustado</b>	<b>7.430</b>	<b>21.691</b>

**Relacionamento com Auditores Independentes**  
A Approach Auditores Independentes SS é contratada pela Empresa para serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras. Declaramos que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 não nos prestou quaisquer outros serviços que possam afetar a sua independência profissional.  
São Paulo, 10 de março de 2020. A Diretoria.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 e 2018									
Em milhares de reais									
	Nota Explicativa	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total	Controladora		Consolidado	
						2019	2018	2019	2018
<b>Em 1º de janeiro de 2018</b>		860.144	17.262	(324.061)	553.345				
Variação cambial de conversão de operações no exterior		-	(3.512)	-	(3.512)				
Resultado do exercício		-	-	10.372	10.372				
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	12	<b>860.144</b>	<b>13.750</b>	<b>(313.689)</b>	<b>560.205</b>				
Variação cambial de conversão de operações no exterior		-	232	-	232				
Resultado do exercício		-	-	9.023	9.023				
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	12	<b>860.144</b>	<b>13.982</b>	<b>(304.666)</b>	<b>569.460</b>				

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2019 e 2018 - Em milhares de reais					
	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
Resultado do exercício		9.023	10.372	9.023	10.372
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		2.188	-	2.392	(1.202)
Depreciação e amortização		1.724	6.676	3.183	9.426
Resultado na venda de imobilizado e intangível		(5.211)	(6.524)	(5.211)	97
Resultado da equivalência patrimonial		(379)	13.354	(2.429)	(1.073)
Provisão para contingências		35.202	53.043	35.202	53.043
Impostos de renda e contribuição social diferidos		9.674	(7.959)	9.857	(10.381)
Juros incorridos de empréstimos e financiamentos		102	140	102	-
Realização de ajuste de avaliação patrimonial		233	(3.512)	233	(3.512)
<b>52.556</b>		<b>65.590</b>	<b>52.352</b>	<b>56.770</b>	
<b>Aumento (Diminuição) em ativos operacionais</b>					
Contas a receber e outros recebíveis		63.258	3.639	42.136	4.987
Estoques		4.229	1.894	4.151	1.892
Impostos e contribuições a recuperar		3.660	19.002	3.959	19.077
Adiantamento a fornecedor		7.678	(2.344)	53.477	6.061
Despesas antecipadas		(558)	482	(570)	463
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(1)	711	10	732
<b>Aumento (Diminuição) em passivos operacionais</b>					
Adiantamento de clientes		(46.702)	(10.741)	(46.635)	(11.151)
Fornecedores e outras contas a pagar		(3.246)	(7.045)	(2.787)	(6.827)
Provisões e encargos trabalhistas		(2.617)	262	(2.617)	262
Obrigações fiscais		(4.149)	(11.714)	(4.179)	(11.918)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos		(95)	(140)	(102)	-
Provisão para contingências		(53.043)	(78.722)	(53.043)	(78.720)
Provisão para perdas em investimentos		(35.802)	11.072	(1)	(672)
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>		<b>(14.832)</b>	<b>(8.054)</b>	<b>46.152</b>	<b>(19.044)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>					
Investimentos		(4.431)	(7.560)	2.429	6.867
Imobilizado		8.701	30.631	8.360	41.188
Intangível		-	145	-	145
<b>Caixa líquido das atividades de investimento</b>		<b>4.270</b>	<b>23.216</b>	<b>10.789</b>	<b>48.200</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>					
Empréstimos e financiamentos		11	(7.573)	(67.493)	(21.630)
<b>Caixa líquido das atividades de financiamento</b>		<b>11</b>	<b>(7.573)</b>	<b>(67.493)</b>	<b>(21.630)</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(10.551)</b>	<b>7.589</b>	<b>(10.553)</b>	<b>7.526</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período</b>		<b>28.371</b>	<b>20.782</b>	<b>28.374</b>	<b>20.848</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do período</b>		<b>17.820</b>	<b>28.371</b>	<b>17.821</b>	<b>28.374</b>
<b>Variação das contas caixa/bancos e equivalentes de caixa</b>		<b>(10.551)</b>	<b>7.589</b>	<b>(10.553)</b>	<b>7.526</b>

passivos financeiros, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2019. **f) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado. **3 Resumo Das Principais Políticas Contábeis:** O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **a) Base de consolidação : (i) Combinações de negócios:** Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição na data em que o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação de aquisição transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos de transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. **(ii) Participação de acionistas não-controladores:** O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores nas adquiridas pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição. Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **(iii) Controladas:** O



comerciais e bonificações. O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

**(ii) Prestação de serviços:** O Grupo reconhece a receita com a prestação de serviços com base no estágio de conclusão do serviço na data do balanço. O estágio de conclusão é avaliado por referência às avaliações de percentual de trabalhos realizados.

**(iii) Contratos de construção:** A receita dos contratos de construção compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de quaisquer variações decorrentes de solicitações adicionais, reivindicações e pagamentos de incentivos contratuais, na medida em que seja provável que irão resultar em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Quando o resultado de um contrato de construção pode ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na proporção do estágio de conclusão do contrato. O estágio de conclusão é avaliado por referência às avaliações de percentual de trabalhos realizados. Quando o resultado não pode ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida apenas na extensão dos custos do contrato que são prováveis de serem recuperados. As despesas do contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que criem um ativo relacionado à atividade futura do contrato. As perdas esperadas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

**c) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem: • juros sobre aplicações financeiras; • variação cambial; • descontos obtidos e concedidos; • tarifas bancárias; e • despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. As receitas e despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

**d) Moeda estrangeira: (i) Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações e as diferenças resultantes são reconhecidas no resultado. **(ii) Operações no exterior:** Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

**e) Benefícios a empregados: (i) Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **(ii) Plano de contribuição definida:** As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um ressarcimento de caixa ou uma redução em futuros pagamentos esteja disponível. O Grupo não possui outros benefícios pós-emprego. **f) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(i) Imposto corrente:** O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos. O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **(ii) Imposto diferido:** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **g) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado. **h) Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **(ii) Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **(iii) Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pela vida útil estimada do bem já que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo do arrendamento. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

- Máquinas, aparelhos e equipamentos 10 anos
- Móveis e utensílios 10 anos
- Computadores e periféricos 5 anos
- Equipamento de campo 17 anos
- Veículos 17 anos
- Instalações 17 anos
- Equipamentos especiais 11 anos
- Edificações 25 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **i) Ativos intangíveis: (i) Reconhecimento e mensuração:** Ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável. **(ii) Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado. **(iii) Amortização:** Amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **j) Instrumentos financeiros:** O Grupo classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. O Grupo classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. **(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento:** O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação. O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo em tais ativos finan-

ceiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(ii) Ativos financeiros não derivativos – mensuração – Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício. Ativos financeiros designados como pelo valor justo por meio do resultado compreendem aplicações financeiras registradas em caixa e equivalentes de caixa. **Empréstimos e recebíveis:** Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis. **Caixa e equivalentes de caixa:** Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa do Grupo. **(iii) Passivos financeiros não derivativos – mensuração:** Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O Grupo possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos e debêntures, fornecedores e outras contas a pagar. **(iv) Capital social: Ações ordinárias:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários. **k) Redução ao valor recuperável (*impairment*): (i) Ativos financeiros não derivativos:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • inadimplência ou atrasos do devedor; • reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições não consideradas em condições normais; • indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. **(ii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os estoques e o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs (unidades geradoras de caixa). O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Perda por redução ao valor recuperável

	Máquinas, aparelhos e equipamentos		Móveis e utensílios		Computadores e periféricos		Equipamentos de campo		Veículos	Instalações	Equipamentos especiais		Edificações	Terrenos	Total
<b>7 Imobilizado</b>															
<b>Controladora</b>															
<b>Custo</b>															
Saldo em 1º de janeiro de 2018	91.341	17.969	9.558	750	10.412	38.517	-	3.089	841	172.477					
Adições	596	1	6	-	-	-	-	-	-	603					
Baixas	(43.840)	(2.432)	(9.564)	(66)	(10.412)	(22.366)	-	-	-	(88.680)					
Saldo em 31 de dezembro de 2018	48.097	15.538	-	684	-	16.151	-	3.089	841	84.400					
Adições	216	30	-	-	-	18	-	-	-	264					
Baixas	(22.615)	(1.864)	-	-	-	(3.965)	-	-	-	(28.444)					
Saldo em 31 de dezembro de 2019	25.698	13.704	-	684	-	12.204	-	3.089	841	56.220					
<b>Depreciação</b>															
Saldo em 1º de janeiro de 2018	(65.557)	(9.643)	(7.332)	(362)	(11.269)	(34.225)	-	(3.089)	-	(131.477)					
Adições	(6.394)	(344)	(349)	(335)	(7.581)	(1.591)	-	-	-	(16.594)					
Baixas	26.811	750	7.681	131	18.850	19.665	-	-	-	(73.888)					
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(45.140)	(9.237)	-	(566)	-	(16.151)	-	(3.089)	-	(74.183)					
Adições	(1.059)	(816)	-	(119)	-	(29)	-	-	-	(2.023)					
Baixas	20.501	511	-	1	-	3.976	-	-	-	24.989					
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(25.698)	(9.542)	-	(684)	-	(12.204)	-	(3.089)	-	(51.217)					
<b>Imobilizado líquido</b>															
Em 31 de dezembro de 2018	2.957	6.301	-	118	-	-	-	-	841	10.217					
Em 31 de dezembro de 2019	-	4.162	-	-	-	-	-	-	841	5.003					
<b>Consolidado</b>															
<b>Custo</b>															
Saldo em 1º de janeiro de 2018	92.320	19.851	10.435	70.416	56.021	40.871	9.500	3.477	841	303.732					
Adições	596	1	6	100	6	-	291	-	-	1.000					
Baixas	(25.996)	(2.432)	(9.705)	(67.231)	(29.317)	(22.366)	(5.837)	-	-	(162.884)					
Saldo em 31 de dezembro de 2018	66.920	17.420	736	3.285	26.710	18.505	3.954	3.477	841	141.848					
Adições	564	30	-	-	-	18	-	-	-	612					
Baixas	(22.615)	(1.864)	(736)	-	-	(3.965)	-	-	-	(29.180)					
Saldo em 31 de dezembro de 2019	44.869	15.586	-	3.285	26.710	14.558	3.954	3.477	841	113.280					
<b>Depreciação</b>															
Saldo em 1º de janeiro de 2018	(81.237)	(10.650)	(7.812)	(38.145)	(44.624)	(35.829)	(5.542)	(3.477)	-	(227.316)					
Adições	(6.394)	(348)	(377)	(6.386)	(9.461)	(1.591)	(655)	-	-	(25.212)					
Baixas	26.811	752	7.765	42.666	33.692	19.665	5.033	-	-	(136.385)					
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(60.820)	(10.246)	(424)	(1.865)	(20.393)	(17.755)	(1.164)	(3.477)	-	(116.143)					
Adições	(3.544)	(823)	-	(119)	(501)	(29)	(285)	-	-	(5.301)					
Baixas	23.094	516	424	1	44	3.226	232	-	-	(27.537)					
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(41.270)	(10.553)	-	(1.983)	(20.850)	(14.558)	(1.217)	(3.477)	-	(93.907)					
<b>Imobilizado líquido</b>															
Em 31 de dezembro de 2018	6.100	7.174	312	1.420	6.317	750	2.790	-	841	25.705					
Em 31 de dezembro de 2019	3.599	5.033	-	1.302	5.860	-	2.737	-	841	19.373					
<b>(i) Provisão para redução ao valor recuperável:</b> De acordo com o CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, a Companhia avalia, ao final de cada exercício, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre seu valor de recuperação. A avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, considerando variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercados entre outros. O resultado de tal avaliação não apontou necessidade de provisão para redução no valor recuperável destes ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas em 31 de dezembro de 2019 e 2018. <b>8 Empréstimos e Financiamentos:</b> Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos e financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado.															
<b>Linha de Crédito</b>															
	<b>Indexador</b>	<b>Juros médios a.a (%)</b>	<b>Vencimento</b>												
FINAME	TJLP	5,4	2015 - 2025												
Cédula de crédito bancário	CDI	10,2	2015 - 2019												
Empréstimos - partes relacionadas				18	6.949	6.947	20.110	22.012	1.610	64.583					
				6.967	6.947	20.712	88.205								
				6.324	6.322	8.389	9.491								
				643	625	12.323	78.714								
<b>9 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos</b>															
Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:															
<b>Controladora</b>															
	<b>Ativos / (Passivos)</b>	<b>Resultado</b>													
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>											
Contas a receber - diferimento de venda para órgão público	(42.024)	(42.024)	-	3.286											
Prejuízo fiscal a compensar	80.753	90.426	(9.674)	4.673											
	<b>38.729</b>	<b>48.402</b>	<b>(9.674)</b>	<b>7.959</b>											
<b>Consolidado</b>															
					<b>Ativos / (Passivos)</b>	<b>Resultado</b>									
					<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>							
Ajuste de depreciação - vida útil CPC 27					(1.279)	(1.096)	(183)	2.422							
Custo atribuído					(42.024)	(42.024)	-	3.286							
Contas a receber - diferimento de venda para órgão público					(193)	(183)	-	-							
Ajuste diferido líquido dos ingressos e custos das obras do Peru - POC					80.752	90.426	(9.674)	4.673							
Prejuízo fiscal a compensar					37.256	47.123	(9.857)	10.381							
					<b>37.256</b>	<b>47.123</b>	<b>(9.857)</b>	<b>10.381</b>							
<b>10 Provisão para Contingências:</b> Para as contingências de natureza tra-															



balhistas, em função da média histórica dos acordos realizados, a companhia considerou 50% do valor estimado pelos peritos e consultores jurídicos, como saldo para provisão classificadas como prováveis no exercício de 2019. A companhia considera existir riscos efetivos classificados como prováveis e, desta forma, constituiu provisão no valor de R\$ 35.202 em 31 de dezembro de 2019 (2018 - R\$ 53.043). Também considerado pela Companhia, em conformidade com laudos técnicos, contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações contábeis da empresa, de natureza cível, avaliada pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, o montante de R\$ 623.069 em 31 de dezembro de 2019 (2018 - R\$ 489.856), sendo que 620.701, de 2019 e 486.819 de 2018, por se tratar de débitos contraídos antes do pedido de recuperação Judicial, portanto de competência anterior ao pedido, são débitos de natureza concursal que serão pagos com os ativos dados em garantia pela companhia aos credores na forma do Plano de Recuperação Judicial, sem comprometimento do fluxo de caixa futuro da companhia. Desta forma, nenhuma provisão foi constituída. **11 Partes Relacionadas:** Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas a operações com partes relacionadas decorrem principalmente de transações com acionistas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

**Controladora**

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
<b>Circulante</b>						

**Em fornecedores, clientes e outras contas a pagar e a receber**

Conta corrente (a)	140.130	224.817	-	-	-	-
	140.130	224.817	-	-	-	-

**Conta corrente - Ativo:**

BWA					2.435	
Galpar					128.986	
Glog					8.709	
					140.130	

**Consolidado**

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
<b>Circulante</b>						

**Em fornecedores, clientes e outras contas a pagar e a receber**

Conta corrente (a)	131.421	203.396	-	-	-	-
	131.421	203.396	-	-	-	-

**Conta corrente - Ativo:**

BWA					2.435	
Galpar					128.986	
					131.421	

a) Refere-se a repasses de compartilhamento de recursos e rateio de custos e despesas comuns, cujo critério de rateio varia de acordo com natureza do serviço. **12 Patrimônio Líquido - Controladora:** a) **Capital social:** O Capital social da Companhia é de R\$ 860.143.614 subscrito e integralizado (R\$ 860.143.614 subscrito e integralizado em 2019). Está representado por 860.143.614 (860.143.614 em 2018) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, pertencentes aos seguintes acionistas:

	Em quantidade de ações	
	2019	2018
Galvão Participações S.A. - em recuperação judicial	860.143.613	860.143.613
MFE Participações Ltda	1	1
	860.143.614	860.143.614

**a) Reserva legal, Reserva de Lucros e Prejuízos Acumulados:** É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 2018 a Companhia apresentou um resultado do exercício de R\$ 10.372 que foi abatido do Prejuízo Acumulado, restando um saldo de Prejuízo Acumulado de R\$ 313.689. Em 2019 a Companhia apresentou um resultado do exercício de R\$ 9.023 que foi abatido do Prejuízo Acumulado, restando um saldo de Prejuízo Acumulado de R\$ 304.666. **b) Ajustes de avaliação patrimonial:** Inclui os ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado da controlada Galvão Logística, Exportação e Importação Ltda., bem como o efeito da variação cambial da subsidiária no exterior Galvão Engenharia S.A. – Sucursal do Peru. **c) Dividendos:** O Estatuto Social da Companhia não determina o dividendo mínimo obrigatório, consequentemente a Lei 6.404/76 determina que deva ser de até 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma dessa lei. No exercício de 2019 a Companhia não está propondo pagamento de Dividendos devido ao prejuízo acumulado. **13 Aspectos Ambientais:** A Companhia e suas controladas consideram que suas atividades de construção estão sujeitas a regulamentações ambientais. A Companhia e suas controladas diminuem os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas, além de acreditarem que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor. **14 Demonstração dos Fluxos de Caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 (R2) e IAS 7. **15 Recuperação Judicial:** Em 25.3.2015, a Companhia e a sua controladora Galvão Participações S.A., ajuizaram pedido de Recuperação Judicial perante o Juízo da 7ª Vara Empresarial da Capital do Estado do Rio de Janeiro (processo nº 0093715-69.2015.8.19.0001), cujo processamento foi deferido por decisão proferida em 27.3.2015. O pedido de recuperação judicial represen-

to um passo importante no projeto de reestruturação e superação da crise econômico-financeira enfrentada pela Companhia e tem por intuito proteger o valor de seus ativos, atender de forma organizada e racional aos interesses de seus credores e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades. Em decisão proferida em 14.9.2015, o Juízo da 7ª Vara Empresarial da Capital do Estado do Rio de Janeiro homologou o plano de recuperação judicial conjunto da Companhia ("PRJ"), aprovado por seus credores em assembleia geral instalada em primeira convocação e suspensa, a pedido dos credores, em 19.8.2015, tendo sido retomada e realizada em 28.8.2015. O PRJ vem sendo cumprido pela Companhia. Dentre as suas obrigações, destacam-se: (i) a efetivação do pagamento dos credores trabalhistas (Classe I), totalizando o valor de R\$ 22.650.657,04; (ii) a criação da CEOS Administradora de Bens S.A. ("CEOS"), sociedade por ações de capital fechado que, na forma da Cláusula 3.6 do PRJ, se tornou titular de certos ativos da Companhia, conforme relação prevista na Cláusula 3.5 do PRJ, e devedora dos credores concursais da recuperanda, por meio de cisão parcial da Companhia, para o fim de (ii.1) garantir a implementação do PRJ, (ii.2) otimizar a gestão dos ativos e passivos da Companhia, proporcionando ganho de sinergias no tocante à administração de bens e à recuperação de créditos da recuperanda e, ainda, (ii.3) segregarem os ativos e passivos objeto da Recuperação Judicial das atividades operacionais correntes da recuperanda; (iii) a cisão parcial da Companhia, com versão do passivo concursal e ativos para a CEOS, conforme mencionado no item "ii" acima; (iii) em continuidade ao cumprimento às disposições contidas no plano de recuperação judicial da Galvão Engenharia S.A. – em recuperação judicial e Galvão Participações S.A. – em recuperação judicial (em conjunto "Recuperandas"), a CEOS, em 01/09/2016 realizou a emissão das Notas Promissórias e em 03/06/2016, concluiu o processo de emissão de Debêntures, as quais foram subscritas e integralizadas pelos credores financeiros arrolados no processo de Recuperação Judicial em quitação aos créditos concursais por eles detidos, conforme previsto na cláusula 9.2 do Plano de Recuperação Judicial; A administração da Companhia vem cumprindo o quanto estabelecido no PRJ e tem a expectativa de solicitar oportunamente o pedido de encerramento do processo de recuperação judicial conforme previstos na Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005. **Impacto na continuidade das operações e capacidade financeira:** Em 31 de dezembro de 2019 o saldo da carteira de contratos da Companhia (Backlog) era de R\$ 1,962 bilhões, projetados para os próximos cinco anos. **16 Eventos Subseqüentes:** Em despacho do dia 03 de março de 2020, o Sr. juiz Fernando Cesar Ferreira Viana, da 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro/RJ, declarou cumprido o Plano de Recuperação Judicial e decretou o levantamento da recuperação judicial da Galvão Engenharia S.A – em recuperação judicial, nos termos dos artigos 61 e 63 da Lei 11.101/2005.

#### Composição da Diretoria

Diretor Presidente	Diretor Corporativo	Diretora Superintendente	Diretor de Operações	Contador
José Gilberto de Azevedo Branco Valentim	Edison Martins	Elaine Cristina Ferreira	Paulo Eugênio Chaves Façanha	Claudio Berloff Junior - CRC/SP nº 1SP216.997/O-8

#### Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos conselheiros e acionistas da GALVAO ENGENHARIA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. São Paulo - SP. **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações contábeis da Galvão Engenharia S.A. – em recuperação judicial. ("Companhia"), individuais e consolidadas, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descrito no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Galvão Engenharia S.A. – em recuperação judicial em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base opinião com ressalva:** Em 25 de março de 2015, a Companhia entrou com o pedido de Recuperação Judicial. O plano de Recuperação Judicial, foi aprovado em Assembleia Geral de Credores em 28/08/2015 e homologado pelo Juiz da Recuperação Judicial em 22/09/2015. A Companhia entregou Ativos aos credores bem superior ao valor de sua dívida, sem garantia de regresso da companhia, bem como de seus acionistas e não comprometendo a geração de caixa futuro da Companhia para fazer frente as dívidas anteriores ao pedido de Recuperação Judicial. Pelo fato de não haver compromisso da geração de caixa futuro das atividades operacionais da Companhia com o Plano de Recuperação Judicial, a Administração entende que a empresa possui baixo risco de continuidade e comprometimento de suas atividades, porém deve ser mensurado e envidado esforços para que o mesmo seja eliminado. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriremos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Ênfase:** Conforme apresentado na nota explicativa nº 11 às demonstrações contábeis, a Companhia mantém relações e operações em montantes significativos com partes relacionadas. Conseqüentemente, os resultados de suas operações podem ser diferentes daqueles que seriam obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito, contudo a administração não considerou em seu relatório as análises de liquidez e margem de solvência, requeridas pelas normas reguladoras. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis consolidadas:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acor-

do com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Presidente Prudente, 10 de março de 2020. **Approach Auditores Independentes S/S** - CRC 2SP023119/O-0. **Leandro Antonio Marini Pires** - Sócio-Diretor - Contador CRC 1SP185232/O-3.

## Viver Incorporadora e Construtora S.A.

(Em Recuperação Judicial)

CNPJ/MF nº 67.571.414/0001-41 - NIRE 35.300.338.421 - Companhia Aberta

### Edital de Convocação

Senhores Acionistas: Nos termos da Instrução da CVM nº 481, de 17/12/2009, conforme alterada ("Instrução CVM 481") e da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, ficam convocados os acionistas da **Viver Incorporadora e Construtora S.A. - Em Recuperação Judicial**, para Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 30/04/2020, às 11:00, na Rua Fidêncio Ramos, nº 213, Edifício Atrium VIII, Conjunto 52, Vila Olímpia, CEP 04551-010 ("Assembleia Geral Extraordinária"), para deliberarem sobre a alteração do limite do capital autorizado da Companhia previsto no artigo 6º do seu Estatuto Social, e consequente alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Documentos e informações à disposição dos acionistas:** Encontram-se à disposição dos acionistas na sede e no *website* da Companhia ([www.rivierinc.com.br](http://www.rivierinc.com.br)), bem como nos *websites* da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ([www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)), conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, e Instrução CVM 481. **Participação dos acionistas.** Poderão participar da Assembleia Geral Extraordinária ora convocada os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, ou, ainda, via boletim de voto à distância. Para participar na Assembleia Geral Extraordinária, os senhores acionistas deverão apresentar originais ou cópias autenticadas dos seguintes documentos: (i) documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante; (ii) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei das S.A.'s; (iii) documentos que comprovem os poderes do representante do acionista pessoa jurídica ou do gestor ou administrador no caso de fundos de investimento; e (iv) instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do acionista. Nos termos da Instrução CVM 481, a Companhia adotará o sistema de votação à distância, permitindo que seus acionistas enviem boletins de voto à distância por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador das ações da Companhia ou diretamente à Companhia, conforme orientações constantes no Manual dos Acionistas. **Apresentação dos documentos para participação na Assembleia Geral Extraordinária.** Solicita-se aos acionistas da Companhia o depósito dos documentos relacionados acima na sede da Companhia, na Rua Fidêncio Ramos, nº 213, Edifício Atrium VIII, Conjunto 52, Vila Olímpia aos cuidados do Diretor de Relações com Investidores e Diretor Presidente, Sr. Ricardo Piccinini da Carvalhinha, no horário das 8:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira, com antecedência mínima de 48 horas a contar da hora marcada para a realização da Assembleia Geral Extraordinária. São Paulo, 31/03/2020. **Rodrigo César Dias Machado** - Presidente do Conselho de Administração.

## CONDOMÍNIO

### SHOPPING CENTER IGUATEMI

CNPJ/MF sob nº. 53.991.378/0001-60

#### Comunicado aos Condôminos

#### Assembleia Geral Ordinária 2020

Com a evolução do COVID-19 (coronavírus) no país, e tendo em vista as recomendações das autoridades de saúde com a implementação de ações que contribuam para minimizar os riscos de disseminação do vírus, a Assembleia Geral Ordinária do Condomínio Shopping Center Iguatemi realizada todos os anos ao final de abril será, excepcionalmente, postergada por prazo indeterminado, visando principalmente a preservação da saúde e segurança de todos os condôminos e funcionários do Condomínio. Tão logo a situação seja normalizada e as autoridades de saúde liberem o isolamento vertical, a **administradora publicará a convocação com a data designada para a realização da Assembleia Geral Ordinária** para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia (a) apreciação e aprovação das contas da administradora, conforme demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019; (b) apreciação e aprovação do Relatório do Conselho de Condôminos; (c) eleição dos membros do Conselho de Condôminos; e (e) eleição dos Membros do Conselho Consultivo. Não obstante a postergação da data para realização da referida Assembleia, desde já são colocadas à disposição dos condôminos interessados as contas da administradora, conforme demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 por meio do seguinte canal: [mgotero@iguatemi.com.br](mailto:mgotero@iguatemi.com.br) ou [ecandido@iguatemi.com.br](mailto:ecandido@iguatemi.com.br). São Paulo, 31 de março de 2020. **AEMP - Administradora de Empreendimentos Ltda.; AEST - Administradora de Estacionamentos Ltda.; Shopping Centers Reunidos do Brasil Ltda.** Administradoras

## S.A. "O ESTADO DE S.PAULO"

CNPJ (MF) nº 61.533.949/0001-41 - NIRE nº 3530044266

#### AVISO AOS ACIONISTAS

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas da S.A. "O ESTADO DE S. PAULO", na sede da Sociedade, situada nesta Capital, na Av. Eng. Caetano Álvares nº 55, Bairro do Limão, CEP 02598-900, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. São Paulo, 27 de março de 2020. Roberto Crissiuma Mesquita - Presidente do Conselho de Administração.

#### Sindicato dos Empregados da Administração das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas de São Paulo

#### Eleições Sindicais – Edital de Convocação

Pelo presente Edital faço saber que nos dias 13, 14 e 15 do mês de abril de 2020, será realizada, neste Sindicato, a eleição para composição da Diretoria, Conselho Fiscal e Delegados Representantes deste Sindicato junto ao Conselho da Federação dos Trabalhadores em Comunicações e Publicidade do Estado de São Paulo, bem como a de seus respectivos Suplentes, para quadriênio de 2020 à 2024, ou seja, de 01/07/2020 à 30/06/2024. Face a tanto, fica aberto o prazo de 05 dias para o registro de chapas na Secretaria deste Sindicato, que ocorrerá a partir da data da publicação deste edital, tudo em conformidade com a legislação vigente e o Estatuto deste Sindicato. As chapas deverão ser registradas em separado sendo uma para os candidatos à Diretoria e Conselho Fiscal, com seus respectivos Suplentes, e outra para os Delegados Representantes ao Conselho da Federação dos Trabalhadores em Comunicações e Publicidades e seus Suplentes. Os requerimentos para o registro de chapas deverão ser apresentados na Secretaria deste Sindicato, em duas vias, assinadas por todos os candidatos, pessoalmente, não sendo permitida para tal registro, outorga de procuração. Os candidatos deverão apresentar no ato da inscrição atestado de antecedentes e prova de que estão enquadrados na categoria profissional representada por este Sindicato há 02 (dois) anos no mínimo. Outrossim, o requerimento da chapa deverá ser dirigido ao Presidente do Sindicato e poderá ser firmado por qualquer dos candidatos componentes da chapa. A Secretaria do Sindicato permanecerá à disposição de todos os interessados, a fim de prestar todos os esclarecimentos, julgados necessários, no horário das 09h00min às 12h00min horas e das 13 às 15h00min horas, de segunda a sexta-feira. Outrossim, caso não seja obtido quorum em primeira convocação, as eleições, em segunda convocação, serão realizadas nos dias 27, 28 e 29 do mês de abril de 2020, para o que ficam desde já convocados, todos os associados da entidade quites e em gozo de seus direitos. As eleições serão realizadas no período das 09h00min às 12h00min horas e das 13 às 15h00min horas de cada dia. Para tanto serão instaladas 4 mesas coletoras de votos, nos seguintes endereços: A Mesa Coletora nº 1 funcionará na sede deste Sindicato, sita à Avenida Rio Branco, 320, 3º andar, conjunto 34, Capital; a Mesa Coletora nº 2 funcionará no prédio nº 100, da Avenida Professor Celestino Bourrol, Bairro do Limão; a Mesa Coletora nº 3 funcionará no prédio nº 458, da Alameda Barão de Limeira, Bairro Campos Elíseos; a Mesa Coletora nº 4 será ambulante a fim de atender aos trabalhadores em empresas com mais de 300 funcionários, facilitando, desta forma, a votação de todos os associados. A Secretaria deste Sindicato, desde já, se coloca à disposição de todos os interessados, a fim de prestar outros esclarecimentos, eventualmente julgados necessários. São Paulo, 27 de março de 2020.

**Domingos Fontan** – Presidente

